

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.731.905 - RO (2018/0069518-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - RO006673  
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RO006676  
**RECORRIDO** : JOSE CORREIA DA SILVA  
**RECORRIDO** : JOSE ROBERTO DE MELLO E SILVA  
**RECORRIDO** : MARIA MADALENA REZENDE  
**RECORRIDO** : NELSON FRANCISCO DE MOURA  
**RECORRIDO** : ELIANE DE OLIVEIRA GOMES  
**RECORRIDO** : SINESIO GOMES JUNIOR  
**RECORRIDO** : ALMERITA DE OLIVEIRA GOMES  
**RECORRIDO** : TELMA MARIA CASTRO  
**ADVOGADO** : DIRCEU RIBEIRO DE LIMA E OUTRO(S) - RO003471  
**INTERES.** : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### **EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÕES QUE NÃO FORAM APRECIADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, POIS JÁ TENDO SIDO DISCUTIDAS ANTERIORMENTE RESTARIAM PRECLUSAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. RAZÕES QUE NÃO INDICAM QUAL TERIA SIDO O DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. RAZÕES QUE SE ENCONTRAM DISSOCIADAS DA REALIDADE DOS AUTOS. MERA ALEGAÇÃO DE QUE OS DISPOSITIVOS LEGAIS INDICADOS TERIAM SIDO VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. TESE RECURSAL QUE DEPENDE DE PREMISSAS FÁTICAS CUJA VERACIDADE NÃO PODE SER VERIFICADA NO ACÓRDÃO. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia assim ementado:

*Cumprimento de sentença. Ação coletiva. Expurgos inflacionários. Suspensão do feito. Prescrição. Liquidação de sentença. Juros de mora. Juros remuneratórios. Prescrição.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## *Excesso de execução.*

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 186 e 944 do Código Civil e dos artigos 85, 485, inciso VI, 771, 783, 784, 803 e 1.036, § 1º, do Código de Processo Civil. Afirma que "*aceitar como configurado o dano moral no caso dos autos significa não só desvirtuar totalmente o instituto como alimentar a indústria de indenizações, uma vez que o Recorrido não sofreu qualquer dano de ordem moral em decorrência do evento narrado*". Sustenta que os recorridos não teriam "*legitimidade para figurar no polo ativo da demanda, visto que a parte exequente não comprova em nenhum momento o vínculo com o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), ou seja, não traz aos autos prova da sua condição de filiado*". Destaca que "*nos autos do Recurso Extraordinário (RE) 612043/PR, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a execução de sentença transitada em julgado em ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil alcança apenas os filiados na data da propositura da ação, prevalecendo o entendimento de que os filiados em momento posterior à formalização da ação de conhecimento não podem se beneficiar de seus efeitos*". Sustenta que o Ministro "*Raul Araújo determinou no bojo do Recurso Especial de nº 1.438.263 - SP, a suspensão de todos os processos que versassem sobre 'a legitimidade ativa de não associado para a liquidação/execução de sentença coletiva'*", de modo que "*devem ser suspensos todos os processos que tratem da matéria em questão e se encontrem em fase de liquidação ou de cumprimento de sentença, nos quais a questão acima destacada tenham surgido e ainda não tenham recebido solução definitiva, como é o caso em tela, sob pena de violação ao art. 1.036, § 1º do Código de Processo Civil*". Afirma que "*ante a inexistência de título executivo nestes autos impõe-se a extinção, liminar, do ato de executório*", explicando que "*resta inequívoco que não foi comprovado, ante a ausência do processamento da liquidação de sentença, que foi gerado algum crédito a favor do recorrido, não havendo que se falar em pagamento de qualquer*

# Superior Tribunal de Justiça

*quantia por parte do Banco". Enfatiza que seria imprescindível a realização de prova pericial na espécie, pois "os cálculos apresentados pelo banco/recorrente apontaram como devido ao recorrido o valor de R\$ 29.242,44 (vinte e nove mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)", saltando "aos olhos a existência de uma diferença significativa em relação aos cálculos do exequente/recorrido, bem como dos valores da condenação que rejeitou a impugnação do banco/recorrente e determinou o pagamento do valor pleiteado pelo recorrido na monta de R\$ 162,728,31 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos), mais um suposto saldo remanescente no valor de R\$ 10.502,46".*

Este recurso, todavia, não deve ser conhecido.

No que tange à alegada violação aos artigos 485 e 1.036 do Código de Processo Civil, o conhecimento do recurso encontra óbice na Súmula 282/STF, pois a matéria a eles pertinente não foi apreciada pelo Tribunal de origem.

Para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Na espécie, o Tribunal de origem deixou de apreciar a questão da legitimidade ativa dos recorridos, pois considerou que esta discussão estaria preclusa, tendo em vista que *"fora objeto de análise do agravo de instrumento n. 0011071- 25.2014.8.22.0000, cuja cópia da decisão foi anexada às fls. 388/391"*.

Ato contínuo, o Tribunal de origem não se manifestou sobre a necessidade de suspender o presente feito em virtude de haver recurso afetado ao rito previsto no artigo 1.036 do Código de Processo Civil, pontuando apenas que não haveria recursos afetados em que se discutiria a questão ora apreciada. Pontuo que o prequestionamento desta questão pressupunha o reconhecimento de que a discussão estaria afetada, bem como de que fora determinada a suspensão do feito, o que não se observa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No que tange à necessidade de produção de prova pericial, bem como à alegada violação dos artigos 186 e 944 do Código Civil e dos artigos 85 e 771 do Código de Processo Civil, as razões recursais são deficientes, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 284/STF.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

No que tange à imprescindibilidade da prova pericial, o recorrente simplesmente não indica qual foi o dispositivo legal que teria sido violado, deixando de indicar a imprescindível premissa maior na espécie.

No que tange aos artigos do Código Civil, as razões claramente encontram-se dissociadas do contexto dos autos, tendo em vista que não se está discutindo indenização por danos morais na espécie.

No que tange aos artigos do Código de Processo Civil, o que se observa é que o recorrente literalmente apenas alega a violação destes dispositivos legais, não havendo em suas razões recursais qualquer palavra destinada a explicar como teria ocorrido a sua violação na espécie.

Por fim, quanto à alegada violação dos artigos 783, 784, 803 do Código de Processo Civil, o recurso encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos.

# Superior Tribunal de Justiça

Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Em que pese este Tribunal Superior tenha reconhecido a necessidade de prévia liquidação da sentença proferida na Ação Pública ajuizada pela IDEC, no julgamento do REsp 1247150/PR, afetado ao rito dos recursos repetitivos, considerou que a liquidação se daria nos autos da própria execução, apurando-se *"a titularidade do crédito e o quantum debeatur apresentado pelo beneficiário do provimento, e somente a partir daí é que fica individualizada a parcela que tocará ao exequente"*. Transcrevo a ementa deste julgado:

**DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ALCANCE SUBJETIVO DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. MULTA PREVISTA NO ART. 475-J, CPC. NÃO INCIDÊNCIA.**

**1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração**

# Superior Tribunal de Justiça

do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97. 1.2. A sentença genérica prolatada no âmbito da ação civil coletiva, por si, não confere ao vencido o atributo de devedor de "quantia certa ou já fixada em liquidação" (art. 475-J do CPC), porquanto, "em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica", apenas "fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados" (art. 95 do CDC). A condenação, pois, não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, não sendo aplicável a reprimenda prevista no art. 475-J do CPC.

2. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1247150/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011)

No julgamento deste recurso consolidou-se o entendimento de que a ausência de liquidez do título tem como consequência o afastamento da multa então prevista no artigo 475-J, tendo em vista que não seria possível à instituição financeira dar cumprimento ao feito sem que antes fosse determinado o *quantum debeatur*. Não há neste julgado qualquer disposição no sentido de que o feito deveria ser extinto.

Nestes termos, a discussão reside na existência ou não de elementos mínimos para que se dê seguimento ao feito, hipótese em que discussão fica restrita às premissas fáticas pertinentes ao caso concreto, tendo em vista que o Tribunal de origem expressamente consignou que "*mero cálculo aritmético*" "*se apresenta suficiente a embasar a pretensão*". Observe-se que tal fato é corroborado pelo próprio recorrente, que reconhece ter os elementos necessários para calcular os valores devidos ao afirmar que seus cálculos "*apontaram como devido ao recorrido o valor de R\$ 29.242,44*".

Assim, não há como dissociar a discussão das premissas fáticas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

